



ARTIGO

A educação política e o tripé universitário: a experiência do PROEEP-Unicamp

Eduardo José Rezende Pereira - <https://orcid.org/0000-0001-5793-251X>¹

Luiz Gabriel Natividade Lima - <https://orcid.org/0000-0002-7567-0901>²

Simone Boró - <https://orcid.org/0000-0003-1676-5318>³

¹ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil, e264257@dac.unicamp.br

² Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil, luizgnatividade@gmail.com

³ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil, simone.boro@hotmail.com

RESUMO

As diversas iniciativas de educação política se fazem mais do que necessárias para a reversão do atual cenário de desinformação, da falta de engajamento e do descrédito com a política que atinge a sociedade brasileira, em geral, e, em particular, a juventude. Este artigo tem por objetivo apresentar o Programa de Extensão em Educação Política (PROEEP), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que, a partir de atividades presenciais e virtuais, por meio de ações formativas e lúdicas, e tendo como foco a juventude brasileira, promove educação política e estabelece vínculos entre a universidade e a sociedade. No artigo, são apresentadas as diferentes ferramentas de educação política promovidas pelo PROEEP, divididas entre ações extensionistas, práticas de ensino e realização de pesquisa científica. Além de qualificar a estrutura interna do programa, que pode ser apropriada por outras iniciativas extensionistas, o artigo apresenta os materiais paradigmáticos desenvolvidos pelo PROEEP para promover informações sobre a política institucional, bem como as ações formativas internas e externas à universidade, que não apenas democratizam o conhecimento acadêmico sobre a política como fortalecem o senso de engajamento cidadão.

PALAVRAS-CHAVE

Extensão universitária; educação política; cidadania; Programa de Extensão em Educação Política (PROEEP).

Political education and the university tripod: the case of PROEEP-Unicamp

ABSTRACT

Different political education initiatives are needed to reverse the current scenario of disinformation, disengagement and discredit with politics that affects Brazilian society in general and young people in particular. This article presents the Programa de Extensão em Educação Política (PROEEP), linked to the Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) at the Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), which through remote and on-site activities, by means of formative and playful actions, and focusing on young Brazilians, promotes political education and establishes links between the university and society. The article presents the different forms of political education promoted by PROEEP, divided into extension activities, teaching practices and scientific research. The article qualifies the internal structure of the program, which can be appropriated by other extension initiatives, and presents the paradigmatic materials developed by PROEEP to promote information on institutional policy, as well as the training actions internal and external to the university, which democratize academic knowledge about policy and strengthen the sense of citizen engagement.

KEYWORDS

University Extension; political education; citizenship; Extension Program in Political Education (PROEEP).

Submetido em: 22/09/2023 – **Aprovado em:** 21/10/2024 – **Publicado em:** 19/12/2024

1 INTRODUÇÃO

A relação da sociedade brasileira com a política institucional e não-institucional é notavelmente distante. A nossa formação social, e a cultura política derivada desta, fez com que nesses pouco mais de 520 anos de história, as instituições formais e as maneiras de participação popular fossem vistas com certo distanciamento e desconfiança. Podemos dimensionar essa questão em alguns marcos históricos, como a Proclamação da República em 1889, a concessão do direito ao voto das mulheres apenas em 1932¹ e dos analfabetos — numa sociedade como a nossa, de desigualdades que impactam na possibilidade de acessar e permanecer no ambiente escolar — somente em 1985, três anos antes da possibilidade de os jovens com 16 anos também terem este direito.

Alinhada ao distanciamento da política, temos a manutenção da desinformação sobre a política, sendo este um dos principais problemas dos regimes democráticos, pois ao passo em que mantém o afastamento das pessoas de seus papéis ativos enquanto cidadãos, também cria uma rejeição aos partidos e ao sistema político-institucional. Tal quadro é preocupante para a manutenção dos regimes democráticos, com a insatisfação com a democracia crescendo, de 1990 a 2020, de 47,9% para 57,5% em todo o mundo (Foa *et al.*, 2020). Evidentemente, tal dado também leva em conta a realidade brasileira.

Na mesma direção, em pesquisa realizada em 2023, o Latinobarômetro apontou que a insatisfação com a democracia atingiu 67,7% dos respondentes². Esses dados também apontam para a desconfiança nas instituições políticas e nos agentes político-institucionais, isto é, legisladores, governantes e partidos, atingindo igualmente os homens e as mulheres de diferentes raças e etnias, com maior ou menor nível de escolaridade e de renda. Tais índices se sobressaem entre pessoas menos informadas acerca da política e, particularmente, entre a juventude (Russo, Azzi e Faveri, 2018; Nisbet, 2021; Luminare, 2022).

A insatisfação com o regime democrático gera o desencantamento com a política, desestimulando os sujeitos, sobretudo os mais jovens, a exercerem um papel ativo perante a coletividade, desencorajando, assim, sua participação política. Além disso, este desencantamento também pode se revelar na inversão dos valores sustentados pelo regime democrático, impactando na intolerância política, religiosa e étnico-racial. A reversão deste quadro tem como principal desafio a superação da apatia entre os jovens e de suas prenoções negativas sobre a política (Carrano, 2012; Casadei, 2016; Augusto, 2021). A educação política, ou

¹ Ressalta-se que o direito ao voto na década de 30 não significou igualdade política de gênero, uma vez que a obrigatoriedade do voto continuava apenas para os homens. Conforme acrescentam Karawejczyk (2019) e Limongi *et al.* (2019), às mulheres, o exercício do sufrágio era condicionado a uma série de restrições.

² O Latinobarômetro reúne amplo estudo sobre opinião pública, resultado dos *surveys* aplicados anualmente em 18 países da América Latina. Para mensurar a insatisfação com a democracia foram agrupadas as respostas “pouco satisfeito” e “nada satisfeito”, sendo desconsideradas as respostas “não sabe” e “não respondeu” da pergunta “Em geral, você diria que está muito satisfeito, bastante satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?”. Confira em Latinobarômetro (2023).

educação cidadã, enquanto conceito e prática educativa, surge justamente para compreender e superar este fenômeno, constituindo ferramentas e metodologias para aproximar a sociedade da política.

É neste sentido que foi criado, em 2019, o Programa de Extensão em Educação Política (PROEEP)³, vinculado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Concebido por estudantes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), a iniciativa se expandiu para diversas áreas, buscando, por meio da prática extensionista, criar ferramentas que pudessem aproximar a política institucional e não-institucional brasileira ao público em geral, com foco na juventude. As ações do PROEEP partem, principalmente, de três concepções: 1) tudo é política, e a política está em tudo; 2) a educação pode instigar os sujeitos a pensarem nos papéis que assumem na sociedade; 3) para transformar o cenário de desinformação e desengajamento político, sobretudo entre a juventude, é necessário promover ações que eduquem as pessoas a se tornarem sujeitos ativos para a transformação social. Conforme buscaremos apontar, fazemos educação política por meio de diferentes ferramentas formativas e lúdicas, tanto em ações presenciais quanto remotas.

Neste artigo, temos como objetivo apresentar a relação do PROEEP com o tripé universitário e sua experiência com a promoção da educação política. Para isso, além desta introdução e das considerações finais, o artigo se estrutura em outras duas sessões: inicialmente, fazemos um breve histórico da educação política no Brasil para, em seguida, discutirmos sobre as práticas do programa de extensão.

2 A EDUCAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

Embora a promoção da educação política esteja além do ensino em espaços formais e tradicionais de aprendizagem, ou seja, em salas de aula, ela se relaciona diretamente com o ambiente escolar por este ser propício ao seu fomento. Conforme levantamento realizado por Dantas (2010) e Forini (2015), ao longo do tempo, as “questões” que poderíamos dizer que são próprias do “universo” da política foram retratadas de diferentes formas pelo currículo comum nacional. A título de exemplo, em 1925, o governo Artur Bernardes instituiu a disciplina Instrução Moral e Cívica como obrigatória ao primeiro ano do ensino secundário. Em 1931, o governo Getúlio Vargas retirou a disciplina do currículo, incorporando o conteúdo da Instrução Moral e Cívica na prática do ambiente escolar. Três anos depois houve uma tentativa de retomada da disciplina no currículo escolar, ambição que foi parcialmente conquistada com a reforma educacional de 1942, com a educação moral e cívica sendo conteúdo presente no processo educativo do nível secundário a partir das disciplinas de História e Geografia. Mas o retorno da Instrução Moral e Cívica ao currículo escolar foi em 1969, nos anos mais duros da ditadura militar, desdobrando-se nas disciplinas Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e Estudos dos Problemas Brasileiros.

Destacamos como negativo o sentido desse ensino sobre a política, haja visto o seu objetivo doutrinário, que teve como uma de suas consequências o próprio fortalecimento do discurso corriqueiro de que “política não se discute” e que ela é feita por “eles”, que estão distantes de “nós”. Uma visão de caráter

³ Inicialmente, o PROEEP era considerado como um projeto de extensão. Em 2023, com a contemplação do 4º Edital ProEC-PEX, o PROEEP tornou-se um programa de extensão, com ações contínuas no médio e longo prazo.

mais positivo da política passaria a ser disseminada no currículo escolar somente a partir de 1996, diante da aprovação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), quando a cidadania se torna um tópico a ser tratado na totalidade da formação escolar. Evidentemente, essa transformação no sentido do ensino da política está atrelada ao contexto de redemocratização, quando houve grande efervescência política nas ruas, e grandes debates e avanços de direitos no interior das instituições políticas.

Mas além das escolas, que apresentam certas questões da política, há diversos outros atores que, sob diferentes formas, também partilham do ensino de conteúdos sobre o tema. Dantas (2010) cita como exemplo as ações promovidas pelo Poder Público, especialmente o Poder Legislativo, relacionadas às dinâmicas participativas e simulações da política, como os Paramentos Jovens. O Poder Judiciário também se destaca, como a promoção das campanhas de voto consciente feitas pela Justiça Eleitoral. O terceiro setor é onde se encontra o maior número de iniciativas, com experiências promovidas por organizações não-governamentais (ONGs), entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), movimentos sociais, cursinhos populares e outros. Essas experiências de educação política se dão por meio de espaços de debate, cursos de formação sob diferentes perspectivas e objetivos, canais de informação e, acrescentamos, pela própria prática política — como é o caso dos movimentos sociais. Embora de maneira mais tímida, também se nota a promoção de iniciativas voltadas à cidadania e ao engajamento social no segundo setor, especialmente nas grandes empresas.

No caso brasileiro, a extensão universitária ocupa um lugar de destaque na promoção da educação política, reafirmando o compromisso social da universidade pública em tornar acessível o conhecimento produzido em seu interior e instigar a sociedade a se engajar por melhores condições de vida. São diversas as experiências de educação política promovidas por ações extensionistas. A título de exemplo, destacamos Casadei (2016), com foco no debate da comunicação e informação e a promoção da cidadania; Alencar *et al.* (2016), Projeto Contraponto (2016) e Biason e Neto (2018), com estudos de caso sobre o ensino da política na rede pública; e Silva (2018), sobre a promoção da cidadania em espaços de educação popular.

Na seção a seguir discutiremos sobre o PROEEP, apresentando o histórico, a estrutura orgânica, o leque de parcerias e os produtos elaborados por nós. Esperamos evidenciar que nossa experiência fomenta e favorece uma educação política de qualidade, sob diferentes formas e métodos.

3 A EXPERIÊNCIA DO PROEEP

Desde o seu surgimento, em 2019, o PROEEP tem acumulado diferentes maneiras de promover a educação política. Em seu início, em parceria com a Escola Legislativa de Campinas (ELECAMP), o programa realizava suporte e contribuía com o conteúdo das oficinas do projeto Parlamento Jovem. Com o tempo, a atuação foi se expandindo, abarcando outros municípios para além de Campinas. Tal expansão foi possível por conta do ingresso de novos membros e do estabelecimento de novas parcerias, como escolas legislativas, escolas da rede municipal e estadual de ensino, cursinhos populares, além de professores e gestores da educação.

Destaca-se que o PROEEP é formado por estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes unidades, isto é, cursos e institutos, da Unicamp. A estrutura orgânica do programa permite que seus membros, amparados por coordenadores bolsistas, desempenhem diferentes atividades, sejam elas relacionadas aos seus interesses pessoais, acadêmicos ou profissionais. Além disso, o PROEEP prioriza que os estudantes extensionistas se apropriem da construção do conhecimento e das ações de forma coletiva, com participação direta, independente da sua fase educacional ou tempo de permanência no programa — desde a elaboração das ações, da busca e das reuniões com parceiros, da solução dos desafios que surgem na implementação de um projeto, até a fase final, onde as ações são executadas e posteriormente avaliadas. Desta forma, o programa contribui para a profissionalização dos extensionistas, na medida em que incentiva a criatividade, a solução criativa para problemas e o trabalho em grupo.

Em relação à estrutura orgânica, o PROEEP conta com diferentes grupos de trabalho (GTs) que contribuem para o seu funcionamento integral. O GT Administrativo, por exemplo, coordena as reuniões gerais e a entrega de relatórios, organiza a inscrição do programa em editais de prêmios ou captação de recursos, gerencia as parcerias institucionais e agenda os compromissos e ações do programa. O GT de Comunicação, por outro lado, gerencia o site, o e-mail e os perfis nas redes sociais do programa, além de produzir conteúdos de divulgação científica. Já o GT de Artes cria as ilustrações dos materiais produzidos, elabora a identidade visual do programa, cuida da edição de vídeos e atualiza o portfólio do programa. O GT de Acolhimento recebe os novos membros e os inclui em GTs e tarefas do programa. O GT de Jogos cria os jogos e os materiais sobre educação política e também formula oficinas e interações lúdicas em escolas e cursinhos parceiros. O GT de Cursos e Eventos organiza atividades internas e externas ao programa, realiza lives, aulas, minicursos, cursos de longa duração, entre outros. Por fim, o GT de Pesquisas e Dados coleta dados e produz análises sobre as ações do programa, realizando publicação de artigos científicos sobre a atuação do programa e a potencialidade de seus materiais e métodos. Ademais, este GT também se dedica a compreender de que forma os jovens de Campinas entendem a política, contribuindo, dessa forma, para a produção de novos materiais.

A seguir, apresentaremos alguns dos materiais e produtos desenvolvidos pelo PROEEP, buscando enfatizar que todas as ações têm como objetivo aproximar os cidadãos da política a partir da experiência do cotidiano. Embora tais ações tenham o mesmo objetivo, elas serão apresentadas em três tópicos, a fim de enfatizar que o programa é atravessado pelo tripé universitário, ou seja, pela extensão, ensino e pesquisa.

3.1 Extensão universitária por meio de redes sociais e produtos lúdicos sobre a política

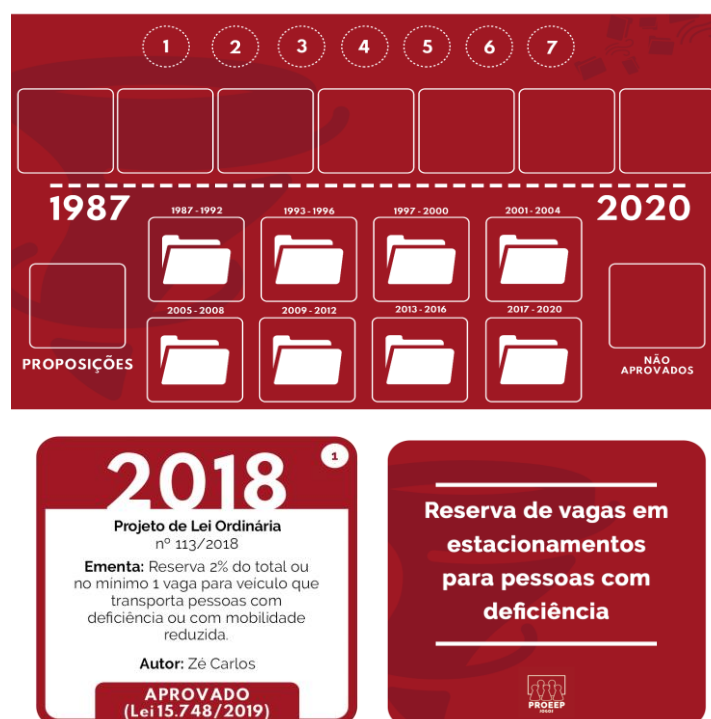
Uma das principais frentes de atuação do PROEEP é o desenvolvimento de materiais paradidáticos originais, como jogos e dinâmicas, sempre com caráter lúdico e coletivo, que possam estimular os participantes a perceberem como a política faz parte do cotidiano. Por meio deste conjunto de materiais, totalmente desenvolvidos por discentes da Unicamp, discutimos temas relacionados à política, como os problemas sociais, políticas públicas e organização do Estado, nos voltando, por fim, às questões da

participação e de como a cidadania pode ser exercida desde a escola do bairro até a política institucional.

Após nossa atuação no Parlamento Jovem, sentimos a necessidade de ter uma ferramenta para despertar o interesse dos alunos dos ensinos fundamental e médio sobre as políticas discutidas nas Casas Legislativas. Compreendemos, por meio da nossa prática, que uma das maiores dificuldades do Parlamento Jovem era instigar os alunos envolvidos com o projeto voltado aos problemas gerais do município, desmistificando preconceitos e mostrando as possibilidades e os limites das políticas públicas locais.

Com este objetivo, criamos um jogo de tabuleiro a fim de engajar o público com os projetos de lei propostos pelos vereadores na Câmara Municipal de Campinas. Assim, lançamos, em versão física e digital⁴, o “FuraCâmara: Campinas”, um jogo de tabuleiro original, onde os participantes devem organizar projetos de leis que tramitaram pela Casa Legislativa durante o período de 1988 a 2020⁵.

Figura 1 - Jogo de tabuleiro FuraCâmara: Campinas



Fonte: Programa de Extensão em Educação Política (PROEOP). Elaboração própria.

Em 2021, desenvolvemos uma versão mais abrangente deste jogo. Os jogadores deveriam organizar alguns dos projetos de leis que foram propostos no Congresso Nacional entre 1988 e 2021⁶. No ano seguinte, passamos a realizar atividades com as duas versões do jogo em eventos universitários, cursinhos pré-vestibulares e escolas, para alunos dos ensinos de jovens e adultos (EJA), fundamental e médio, incentivando debates sobre a política brasileira, a partir dos comentários e percepções dos jogadores.

Com as eleições nacionais de 2022, surgiu o compromisso de contribuir com o combate às notícias

⁴ Disponível em: <<https://tabletopia.com/games/furacamara>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

⁵ Para saber mais, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=d_ISba6V3Uk>. Acesso em: 30 mar. 2023.

⁶ Disponível em: <<https://tabletopia.com/games/furacamara-nacional>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

falsas acerca do sistema eleitoral e ao sentimento de descrença nas eleições. A partir disso, o programa elaborou e lançou o manual “Tudo que não te contaram sobre seu voto: Guia das eleições no Brasil”, uma cartilha eleitoral que procura sanar as principais dúvidas em relação ao processo eleitoral. Em linguagem acessível e repleto de ilustrações didáticas, a cartilha traz informações acerca de como tirar o título eleitoral, como funcionam as eleições, o voto e a distribuição de cadeiras, a história da luta pelo direito ao voto e o impacto das ações políticas no cotidiano coletivo. Disponível em modelo físico e online⁷, o guia é um material primordial para engajar pessoas com 16 anos ou mais de forma ativa.

Figura 2 - Cartilha Eleitoral “Tudo que não te contaram sobre seu voto: Guia das eleições no Brasil”



Fonte: Programa de Extensão em Educação Política. Elaboração própria.

O PROEEP também se utiliza das redes sociais para promover a educação política, disponibilizando semanalmente, por meio de vídeos e imagens, explicações sintéticas sobre fenômenos sociais e políticos em pauta no Brasil e no mundo. Os conteúdos são organizados em blocos, como o “PROEEP Indica”, no qual são indicados livros e audiovisuais sobre temas sociais específicos; o “PROEEP Explica”, no qual são detalhados conteúdos sobre política; e o “PROEEP Responde”, no qual membros do programa respondem dúvidas enviadas pelos seguidores. O uso das redes sociais é necessário para expandir o alcance do conteúdo das atividades do PROEEP, além de permitir que o público em geral, especialmente alunos e professores que já conhecem o programa, mantenham-se engajados nos debates políticos com maior frequência.

3.2 Ensino da política e formação de educadores políticos

Embora toda a prática do PROEEP seja permeada por um viés educativo, há certas iniciativas que o âmbito do ensino se cruza mais propriamente com as práticas do programa, com o ensinamento de assuntos relacionados ao tema da política em espaços formais e não formais. Deste modo, além de termos inscritas disciplinas no catálogo da graduação da Unicamp, como é o caso da disciplina “Educação para cidadania I:

⁷ Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1QpsDUtia2qyzBbfvA2mNMigvWpatdOM/view>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

Extensão, Pesquisa e Ensino”, vinculada ao IFCH, ofertada semanalmente durante o primeiro semestre de 2024 — iniciado em 28 de fevereiro e encerrado em 06 de julho —, também promovemos cursos e palestras relacionados à política dentro e fora da universidade, para diferentes atores interessados no tema. Assim, destaca-se a “Série Eleições”, com a publicação de videoaulas com professores e pesquisadores especialistas no tema, convidados a falarem sobre questões relacionadas ao processo eleitoral, e o curso “Funcionamento da política institucional e não-institucional no Brasil”, um curso de iniciação política de média duração, que trata da política de forma mais ampla. O PROEEP também participa de aulas em escolas e cursinhos populares, contribuindo com o ensino de jovens estudantes com relação à criação e aprovação de projetos de leis, o funcionamento das eleições, a credibilidade das urnas eletrônicas, o funcionamento dos três poderes etc. Por fim, cumpre destacar que a prática da educação política forma, por consequência, educadores políticos — assim, todos que são impactados pelo programa são educadores.

3.3 Pesquisa científica sobre engajamento e informação política

Visando amparar a prática extensionista da educação política, colaborar com a bibliografia acerca da juventude e sua relação com a política, e avançar com a convergência entre a prática da pesquisa científica e a extensão universitária, o PROEEP realiza investigações quantitativas e qualitativas por meio de um grupo de estudantes pesquisadores da graduação e da pós-graduação. Além do estudo da bibliografia nacional produzida sobre o tema, este grupo aplica questionários para compreender quais os principais meios de informação, participação e engajamento político estão presentes entre os jovens de 15 a 21 anos, buscando fazer inferências, dentre outros aspectos, com as trajetórias pessoais e as formas de sociabilidade. Até agosto de 2024, o grupo contava com seis bolsistas de iniciação científica (IC), financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que também mensuraram, por meio de questionários, qual o perfil das pessoas que são alcançadas por nossa prática extensionista, bem como as limitações e potencialidades dos nossos produtos.

4 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POLÍTICA E A PRÁTICA DO PROEEP

A educação política é uma prática e uma concepção, de ensino e de engajamento social, que parte do pressuposto de que ao ter acesso ao conhecimento acerca da política, seja ela institucional ou não institucional, os sujeitos, independente da idade, gênero, raça ou classe social, podem ser instigados a participar de forma mais ativa e propositiva diante dos problemas coletivos ao seu redor. Num contexto de desinformação e de desengajamento político em geral, com maior ênfase entre a juventude, impactando o regime democrático, as diferentes ferramentas de educação política se tornam necessárias para promover ações que educam as pessoas à cidadania, permitindo que sejam assumidos papéis ativos na transformação da sociedade.

Nosso artigo buscou apresentar o PROEEP como um agente inserido na cena da educação política realizada no Brasil. Ao combinar atividades presenciais e virtuais, por meio de ações formativas e lúdicas, e tendo como foco a juventude brasileira, o programa conta com diferentes frentes de atuação que promovem

a educação política, materializando, em sua prática, o ensino, a pesquisa científica e a ação extensionista. Ações como as que são realizadas pelo PROEEP, democratizam o saber acadêmico e fortalecem o papel social da universidade, estabelecendo, ainda, um processo contínuo de compartilhamento, debates, trocas, fomento de ideias e vivências entre os mais diferentes públicos, contribuindo, de forma geral, para a construção de uma cultura política cidadã.

REFERÊNCIAS

Alencar, C. C. et al. (2016). Projeto politiquê?: relato de experiências de educação política para jovens. In: Dantas, H. (Org). *Educação política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. Cadernos Adenauer: n. 1, ano XVII.

Augusto, C. E. C. Educação política e extensão universitária na Câmara Municipal de Campinas. *Revista Internacional de Extensão da UNICAMP/International Journal of Outreach and Community Engagement*, v. 2, p. e021008-e021008, 2021.

Biason, R. C.; Neto, P. H. R. (2018). Projeto "Política para jovens": Educação Política para estudantes do ensino médio na rede pública de Franca/SP. In: Silva, M. P.; Del-Masso, M. C. S. (Orgs.). *Extensão universitária e educação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1. ed.

Casadei, E. B. (2016). A extensão universitária e as demandas por justiça: cidadania e comunicação como uma questão de endereçamento In: Casadei, E. B. (Org). *A extensão universitária em comunicação para a formação da cidadania*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Carrano, P. (2012). A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, n. 27, jan./jun., 2012.

Dantas, H. (2010). O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. In: Dantas, H. et al. (Orgs). *Educação política: reflexões e práticas democráticas*. Cadernos Adenauer, XI, n. 3.

Fast Food da Política (s/d). *Formação de multiplicadores oficiais*.

Forini, D. (2015). *Construindo caminhos para a educação política: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia*. Dissertação de Mestrado em Educação Escolar - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR). Araraquara - SP.

Foa, R. S. et al. (2020). *The Global Satisfaction with Democracy Report 2020*. Cambridge, United Kingdom: Centre for the Future of Democracy.

Karawejczyk, M. (2019). *Mulher deve votar?: O Código eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais Correio da Manhã e A Noite*. São Paulo: Pacto Editorial.

Latinobarômetro (2023). Análise Online. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

Leal, P. R. F.; Grohmann, R. N.; Silva, R. S. (2016) Cultura política, mídia e mobilização. In: Casadei, E. B. A. (org.). *A extensão universitária em comunicação para a formação da cidadania*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Limongi, F. et al. (2019). Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 27, n. 70, pp. 1-22.

Luminate (2022). *Relatório: Juventudes e democracia na América Latina*. Disponível em: <https://luminategroup.com/storage/1461/PT_Youth_Democracy_Latin_America.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2024.

Nisbet, E. C.; Mortenson, C.; Li, Q. (2021). *The Presumed Influence of Election Misinformation on Others Reduces Our Own Satisfaction with Democracy*. Harvard Kennedy School Misinformation Review.

Projeto Contraponto. (2016). A extensão universitária voltada para a educação política e o Projeto Contraponto: debatendo política nas escolas. In: Dantas, H. (Org). *Educação política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. Cadernos Adenauer: n. 1, ano XVII.

Russo, G. A.; Azzi, R. G.; Faveri, C. (2018). Confiança nas instituições políticas: diferença e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. *Opinião Pública*: Campinas, vol. 24, no 2, mai.-ago.

Soares, A. B. et al. (2010) Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. In: Dantas, H. et al. *Educação política: reflexões e práticas democráticas*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. Cadernos Adenauer: n., 3, ano XI.

Silva, M. P. Reflexões sobre o Cursinho Popular da Unesp/Franca e a efetiva construção da cidadania. In: Silva, M. P.; Del-Masso, M. C. S. (Orgs.). *Extensão universitária e educação*, 1.ed., São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

Artigo submetido ao sistema de similaridade